

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Lutas sociais e Controle Democrático nas políticas sociais

O CENÁRIO SOCIAL, POLÍTICO E ECONÔMICO QUE PERPASSA O BRASIL E A PNAS NA PANDEMIA DA COVID-19: SUA GRAVIDADE NO RIO DE JANEIRO

ROSANGELA OLIVEIRA GONZAGA DE ALMEIDA¹

RESUMO

A proposta que trago à Mesa é em torno da discussão alimentada por uma pesquisa de doutorado, sobre o SUAS no Rio de Janeiro e os múltiplos desafios que apontou o processo de acionamento do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, colocado à prova no período da pandemia de COVID-19. A categoria trabalho atravessa a particularidade brasileira para pensar a PNAS.

Palavras-chave: Política Nacional de Assistência Social; proteção social; trabalho; pandemia de COVID-19

RESUMEN

La propuesta que traigo a la Mesa gira en torno a la discusión alimentada por la investigación doctoral, sobre el SUAS en Río De Janeiro y los múltiples desafíos que destacó el proceso de activación del Servicio de Protección en Situaciones de Desastres Públicos y Emergencias, puesto a prueba durante el período. de la pandemia de COVID-19. La categoría trabajo atraviesa las particularidades brasileñas para pensar en la PNAS.

Palabras clave: Política Nacional de Asistencia Social; protección social; trabajar; Pandemia de COVID-19

INTRODUÇÃO

A comunicação reflete sobre o cenário social, político e econômico que perpassa o Brasil e a PNAS sob a égide neoliberal em sua fase radical-conservadora. Procuo apresentar neste texto uma abordagem baseada na formação social, política e econômica do país e seu redimensionamento sobre a centralidade da proteção social ao trabalho, com ênfase na assistência social. A escolha do objeto apontou para a importância de partir da vida cotidiana dos

¹ Universidade Federal Fluminense



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

serviços ofertados na política de assistência social, a partir de Lukács, sem restringir à imediatividade enquanto reprodução, mas trazer a essência da realidade que o período emergencial apontou. A metodologia da pesquisa envolveu análise documental e revisão bibliográfica. Um dos resultados que se pode apontar refere-se ao fato de que foi apreendida a essência da pobreza e das desigualdades sociais na particularidade brasileira, resgatando suas mediações na realidade social local, que através das condições de vida da população, contribuiriam para desnudar um período “lúgubre de nossa história [...]” (Antunes, 2022). Para tal, a categoria trabalho mostrou-se como categoria estruturante e original na compreensão e análise crítica do SUAS.

DESENVOLVIMENTO

Lukács (2013) inicia a sua tese defendendo que existe um nexo ininterrupto entre as categorias trabalho, linguagem, cooperação (socialidade) e divisão do trabalho. E complementa que a “luta pela existência” e a “autoatividade” fundamentam a “essência do trabalho humano”. O mergulho em suas ideias, induz o pesquisador a se conectar com seu pensamento para penetrar mais a fundo o seu próprio objeto de estudo nas suas entranhas de verdade. Não é tarefa fácil. Exige que tenhamos a certeza de qual ponto se parte e onde se quer chegar.

Trazendo as palavras de Lukács (2013) sobre a forma como apreende a categoria trabalho, seguimos nos esclarecimentos das escolhas diante das alternativas postas à pesquisa.

“Considerando que nos ocupamos do complexo concreto da socialidade como forma de ser, poder-se-ia legitimamente perguntar por que, ao tratar desse complexo, colocamos o acento exatamente no trabalho e lhe atribuímos um lugar tão privilegiado no processo e no salto da gênese do ser social. [...]. Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social.” (LUKÁCS, 2013, p. 43-44).

Lukács (2013) em alusão a Karl Marx e Friedrich Engels incorpora a categoria trabalho atribuindo-lhe centralidade no processo de humanização do homem, antes de o abordar enquanto complexo do complexo no âmago das relações econômico-sociais fundantes do valor de troca e das inter-relações entre trabalho e o valor de uso.

O trabalho enquanto categoria, atravessa a defesa e a qualificação do objeto de estudo através das mediações escolhidas. O trabalho funda a práxis social, em que o “pôr teleológico” se insere indiscutivelmente no cotidiano dos seres humanos, que no acúmulo de experiências produzem a história. Explorar um percurso ontológico e crítico também se tornou nosso propósito



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

aqui, para superar o caráter imediato existente entre necessidade e sua satisfação trazendo a “investigação dos meios”, Lukács (2013). Esse risco seria iminente em vista da imediatez que a pandemia que tensionou ao limite os serviços da política de assistência social local. O método foi então uma escolha por uma não reprodução equivocada da imediatez dos fatos e da emergência que uma pandemia provoca sobre uma política social residual e focalizada.

O “trabalho como mediação” (Lukács: 2013) se fez numa decisão acertada para uma aproximação do objeto de pesquisa, entendendo o percurso que se torna uma encruzilhada para gestores e, profissionais mergulhados em atendimentos, além de pesquisadores, frente às mazelas evidenciadas naquele momento. Nesse resgate da particularidade brasileira, inserida na universalidade do contexto mundial de outrora, quando o Brasil era dominado e explorado na condição de colônia de Portugal, perquirindo o processo de acumulação que funda as condições que culminam com o capitalismo, hoje em sua fase de mundialização, orientado por uma ideologia neoliberal e ultraconservadora. Isso não sem antes tornar o capitalismo brasileiro periférico, numa relação dependente e subordinada às economias centrais, marcada pela superexploração do trabalho (Antunes, 2022).

A mundialização do capital após 1970 acontece com “forte hegemonia financeira” em que o trabalho de “matriz taylorista-fordista, contratado e regulamentado” passa por uma imensa descaracterização, perfilando a “terceirização”, a “informalidade” e a “flexibilização”, marcadas pela extração de mais-valor necessitando de menos tempo, com a utilização de máquinas. (Antunes, 2022).

Iamamoto no livro *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*, traz para a categoria profissional, uma performance de apropriação do trabalho no “contexto da mundialização da economia” atribuindo destaque para as “determinações históricas” e atualizando, como a “questão social” aparece na “[...] cena contemporânea e suas particularidades no Brasil.” (Iamamoto, 2007, p. 106). O trabalho é subsumido à sociabilidade que, que segundo a autora, apresenta-se sob a “órbita do capital”.

“A efetiva mundialização da ‘sociedade global’ é acionada pelos grandes industriais transnacionais articulados ao mundo das finanças. Este tem como suporte as instituições financeiras que passam a operar com o capital que rende juros (bancos, companhias de seguros, fundos de pensão, fundos mútuos e sociedades financeiras de investimento), apoiadas na dívida pública e no mercado acionário das empresas. [...]. Essas novas condições históricas metamorfoseiam a questão social inerente ao processo de acumulação capitalista, adensando-a de novas determinações e relações sociais historicamente produzidas, e impõem o desafio de elucidar o seu significado social no presente.” (Iamamoto, 2007, p. 106-107).

A categoria trabalho é importante na abordagem do SUAS pelo fato de aprofundar a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

realidade da classe trabalhadora mais explorada, qualificando-a como gênero humano, em suas dificuldades de obter direitos nas relações de trabalho precarizadas. Esta categoria permite pensar o real, que inicialmente na sua representação caótica da realidade social, transformamos dando sentido e significado científico àquele cotidiano, superando-o no pensamento e na *práxis* profissional, a sua imediaticidade. A construção do conhecimento prevê um processo partindo do “concreto representado” que emerge como síntese e ponto de partida. Marx (2004) muito claramente expõe o que quer impulsionar enquanto pensamento (o pensar) o cotidiano do homem naquilo que o afeta nas relações sociais de produção e reprodução, através dos elementos que determinam a arte da vida frente à exploração e expropriação que vitimiza a classe trabalhadora. “O trabalhador não tem apenas de lutar pelos seus meios de vida físicos, ele tem que lutar pela aquisição de trabalho, isto é, pela possibilidade, pelos meios de poder efetivar sua atividade.” (Id., p. 25). Assim, a categoria trabalho permitiu-nos desnudar a violência com que se processou a acumulação na sociedade moderna, construindo as bases da instauração do capitalismo e o ápice da acumulação na contemporaneidade, na particularidade que define o Brasil enquanto país periférico, que no “período pandêmico” (Antunes, 2022) expôs ao mundo a sua tragédia particular.

Numa interlocução com a formação profissional emancipatória, que tem relação com o enfrentamento das desigualdades sociais e da pobreza no país, impulsionada pelo debate em defesa da universidade pública, que seja gratuita e de qualidade. Esta defesa vem ancorada na importância de se garantir que ensino, pesquisa e extensão subsidiem a ciência e a produção de conhecimento, “[...] para além das necessidades do capital e do mercado.” (Iamamoto, 2007, p. 432). O agravamento das condições de vida da classe trabalhadora, principalmente no pós-pandemia da COVID-19, reforça a importância da política de permanência estudantil para uma “[...] universidade plural e democrática [...]” (Id., p. 433), que para tanto demanda financiamento destinado a este fim.

Ao pensar a pandemia da COVID-19 tinha-se a opção no interior da profissão, dentro do contexto de atender às “necessidades humanas sociais” mais urgentes, em sair a procura de entender o que ultrapassava a aparência caótica tal como se apresentava na realidade.

Recorremos à ciência para desmistificar supostas verdades que quiseram romper com o desenho da política de assistência social. Mostramos dentro do período para a pesquisa (2020-2022) como se representava o seu delineamento na CF (1988) e na LOAS (1993). Passamos ainda por um conjunto de documentos que comprovam o amadurecimento da percepção das “necessidades sociais e humanas” frente aos desafios contemporâneos diante do



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

aumento das desigualdades sociais e índices de pobreza.

“[...] Porque se a ciência não se orienta para o conhecimento mais adequado possível da realidade existente em si, se ela não se esforça para descobrir com seus métodos cada vez mais aperfeiçoados essas novas verdades, que necessariamente são fundadas também em termos ontológicos e que aprofundam e multiplicam os conhecimentos ontológicos, então sua atividade se reduz, em última análise, a sustentar a práxis no sentido imediato [...]”. (Lukács, 2012, p. 47)

O avanço cruel do desmonte do SUAS estava evidente diante dos olhos de todos, naquele momento da pandemia da COVID-19, as ideias estavam às avessas: “Hoje as coisas se inverteram.” (Lukács, 2012, p. 52). Naquela altura havia no governo federal um acordo ou um grupo seriamente comprometido em inverter o poder da ciência.²

Pereira (2020a; 2022b) propõe que se analise a política social, no contexto conservador e moralista em que se processa o ataque ao trabalho. A autora se refere às perdas que aconteceram no período que abrange entre 1945 e 1975, correspondente à proteção social vinculada ao trabalho. Ela aponta que a “revolução neoliberal/conservadora” (Pereira, 2022b) seria responsável por ações que fazem ruir o “mundo do trabalho” (Antunes, 2002) protegido. A crise dos anos de 1970, com seu ápice em 2008, seriam as consequências desse processo de desmonte:

Pereira (2020b) se propõe a diferenciar a proteção social afinada a um “*ethos* solidário” e à regida por um cunho “moral individualista possessiva ou egocêntrica, um “*ethos* egocêntrico”.

A autora identifica que a ideologia neoliberal transformou os fundamentos da política social em seus aspectos ideológicos e práticos, distanciando-a dos referenciais democráticos na gestão pública, trazendo a oposição de “satisfação de necessidades sociais” e “eficiência dos meios colocados a serviço da rentabilidade econômica privada”. Ou seja: “[...] a política social tornou-se o seu avesso ético por negar sua identidade social, pública e universal, para melhor servir aos imperativos da acumulação do sistema do capital em sua fase neoliberal.” (Pereira, 2020b, p. 90). As consequências sobre o trabalho são severas, com o “desemprego estrutural” (Behring, 2003); “*desantropomorfização* do trabalho” (Antunes, 2023). Pereira (2020b) entende que a escolha pela “*moral individualista possessiva*” significa “[...] uma trágica guinada regressiva do *status* de cidadania desta política (fragilmente conquistada) para o da *barbárie* programada, que desumaniza e mata.” (Id., p. 91-92) (grifos da autora).

A partir daqui direcionamos a nossa análise de forma a referenciar a perspectiva de “diversidade humana” (Cisne; Santos, 2018) para alocar a categoria trabalho na sua “conexão

² RIBEIRO, Tayguara. Vacinas, testes, 'covidário', fake news; entenda 23 acusações previstas pelo governo na CPI. Folha de São Paulo (online) - 27 abr./2021 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/04>. Acesso em: 3 mar./2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

concreta” repleta de objetividade para compor um saber que represente a totalidade na sua essencialidade dinâmica. Sendo, “uma unidade de complexidade e processualidade” (Lukács, 2012), da inserção humana cuja *práxis* acontece numa sociedade fundamentada pelo repúdio da verdade, que confronta a condição humana de exploração para estabelecer condições desiguais entre os homens e mulheres. E ainda, as distinções entre as mulheres, em suas diferenças de raça/etnia; sexualidade; geracionais e de classe, tentando aqui superar as tentativas de manipular a apreensão da “realidade como realidade” (id.) .

Antunes (2023) e Pereira (2020a; 2020b) nos instigam a pensar a categoria trabalho e a política social, respectivamente, nos tempos mais recentes, alinhando a ideia de desvelar o que atravessou a pandemia da COVID-19, em que os dados numéricos apontam que a colonização e a escravização dos povos africanos, ainda incidem no cotidiano da população brasileira atualmente. As escolhas inauguradas naqueles séculos em território brasileiro, estiveram presentes na forma como o trabalho conjugado ao neoliberalismo, empurrou o país para a condição de dependente e periférico ao expressar desigualdades sociais que agravaram a condição da população diante do adoecimento vivenciado entre 2020 e 2022, numa desmedida manipulação da vida e da morte, em que a mentira e o deboche, ousaram romper com a verdade da ciência. Vivemos o “espelhamento *desantropomorfizante* da realidade na ciência” (Lukács, 2012, p. 87) (grifos meus).³

O fim da colonização e da escravidão no século XIX não rompe com princípios fundados a partir dos privilégios numa “sociedade racializada”. A ideologia liberal, com suas peculiaridades unívocas remonta relações sociais pautadas numa lógica de privilégios, deslocando grupos para patamares inferiores da sociedade, numa clara divisão de raça/etnia, gênero, gerações e classes. Almeida (2014) traz o debate das desigualdades sociais resumindo-as em “desigualdade sociorracial” colocando-a no âmago da política.

Para ampliar o que expomos acima, e compreender as bases sob as quais se compõe a formação social, política e econômica (Fernandes, 2020; Fausto, 2021), que atravessa uma “modernização” pela “europeização” em terras brasileiras em que as condições “ecológicas, materiais, sociais e morais” (Fernandes, 2008) representadas na realidade sociocultural eram bastante peculiares, que o autor relaciona ao liberalismo.

Explorando elementos da nossa história que corroboram com a discussão da formação

³ ARANTES, P.; SMAILI, S.; MINHOTO, M.A. Memorial da Pandemia, por quê? Governo, cientistas, movimentos e familiares de vítimas lançam projeto do Memorial. Folha de São Paulo (edição on-line). 18 mar./2024. Disponível em: [Lançado o projeto do Memorial da Pandemia de Covid-19 - 18/03/2024 - Sou Ciência - Folha \(uol.com.br\)](https://www.folha.com.br/lançado-o-projeto-do-memorial-da-pandemia-de-covid-19-18/03/2024-sou-ciencia-folha). Acesso em: 20 mar./2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

do país, mas para ressaltar um período em que se tornou imprescindível revisitar sempre que possível frente às tentativas e alusões que vislumbram a retomada da ditadura, seja lá o perfil que defendem. Netto (2014) faz uma análise do período com seu famoso “brilhantismo eloquente”⁴ de quem além do trabalho de pesquisa, viveu aqueles dias tenebrosos. Num recorte de seu texto, ressaltamos a cultura, a partir do contraponto construído em meio ao “vazio cultural” impetrado pelo regime ditatorial. Uma virada da qual colhemos os frutos na pesquisa acadêmica através da produção alcançada desde aquele período, que se reafirmou durante a pandemia da COVID-19.

Para o universo da democracia e da universidade, Coutinho (1995; 1996; 2000) traz os temas da diversidade, da tolerância; do pluralismo; da hegemonia, para defender uma sociedade moderna democrática que a junção: “[...] da hegemonia com pluralismo ou de um pluralismo que se articule com a hegemonia, respeitando as diversidades e alimentando-se dessas diversidades.” (Coutinho, 1995, p. 11). Pensamos que se deva incluir a tolerância no debate necessário de ideias, proposições e escolhas individuais e coletivas. “[...] Essa é a única forma de conseguirmos criar, efetivamente uma democracia que respeite a vontade coletiva e o interesse público, mas que respeite também o pluralismo e, portanto, respeite os elementos modernos da realidade social.” (id.). Tudo isso, sem, contudo, confundir que “[...] não se pode pensar em conciliar pontos de vista inconciliáveis em nome do pluralismo.” (Coutinho, 1995, p. 13).

O desafio que ainda se apresenta no tempo presente, é equalizar os interesses dando destaque às dimensões ético-políticas e universais para compor uma pauta de prioridades globais. Essa necessidade advém da realidade nacional e mundial, aqui apreendida numa perspectiva de totalidade, diante do enfrentamento de uma agenda ultraneoliberal, que se alia mundo afora, governos de extrema-direita, propagando o ódio e a intolerância; derrubando economias e Estados com guerras; enaltecendo a perseguição a grupos e resultando na migração em busca de exílio. As graves consequências para países como o Brasil, subdesenvolvido e periférico, dependente de importação para abastecer seu mercado interno atinge diretamente a economia. O rebatimento que acontece, acentuadamente, na economia, demanda ações de equalização dos problemas com acordos e acertos econômicos que nem sempre dão o resultado no tempo e na dimensão esperada e necessária para a população brasileira, a exemplo do alto preço dos alimentos.

O Brasil voltou a cena mundial em 2023, num momento de crises e impactos dos

⁴ Expressão que José Paulo Netto sempre utiliza para se referir ao trabalho de terceiros nos incentivando a partilhar com ele aquela determinada leitura, sempre a que acrescenta nos estudos de pesquisa em andamento.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

desdobramentos decorrentes da pandemia da COVID-19, eventos agravados com a guerra na Ucrânia, esta que afeta principalmente a cadeia de insumos e suprimentos necessários ao abastecimento da agricultura no país, em busca de expansão de mercados, além de suprir as necessidades internas de alimentos. Temos na contramão de dias mais tranquilos, as emergências das chuvas e as secas, problemas decorrentes da crise climática mundial. A globalização da economia, com sua crise iniciada em 2008, que vem demandando permanente reconfiguração do sistema, atinge continuamente o trabalho com uma imersão planejada de disputa por tecnologias, que propiciem aumento da produção, redução dos custos de produção, com dispensa de mais trabalhadores e ampliação das taxas de mais valia. “Trata-se da redução de custos, o que tem impacto sobre o emprego, o salário e o consumo. Acrescenta-se aí mais um pilar da crise que foi o encarecimento das matérias

primas, processo esse incentivado pelos especuladores [...]” (Behring, 2021, p. 141), fazendo ressurgir níveis altíssimos da fome no mundo; 1,3 bilhões de pessoas, em 2008⁵, segundo o registro da autora. O debate da insegurança alimentar⁶ ganhou destaque durante a pandemia da COVID-19, por dentro da política de assistência social e a política de segurança alimentar, no contexto da ruptura do governo que representou a nova-direita e o neoconservadorismo no poder, instituído em 2019.

Viveu-se desde 2016 o assombramento da vida da maior parte da população brasileira, em tempos de plena democracia, legitimada pela CF (1988), o trabalho, os direitos humanos e sociais e as liberdades individuais e coletivas, estiveram sob severa ameaça. Marx é uma inspiração para refletir que, quando se tinha a certeza de estar a passos largos numa celeridade nunca alcançada, em termos da inovação necessária e previsível de políticas públicas atravessadas pela liberdade democrática, retrocedia-se para além do agravante de ameaça à vida pela pandemia da COVID-19. “Todo um povo [...] de repente se vê arremessado de volta a uma época extinta e, para que não paire nenhuma dúvida quanto ao retrocesso sofrido, ressurgem os velhos elementos, a velha contagem de tempo, os velhos nomes [...]” (Marx, 2011, p. 27-28)

Um período marcado por uma “real insegurança e falta de prática” (Marx, 2011), que ousou

⁵ Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO -2022 - em 2021, 29,3% de domicílios no mundo apresentavam insegurança alimentar grave ou moderada. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/>. Acesso em: 19 jul./2024.

⁶ O IBGE (2023) disponibilizou dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNADC - 2023 - para insegurança alimentar referentes a domicílios particulares em área urbana, 26,6% dos domicílios apresentavam situação de insegurança alimentar; os dados anteriores, segundo o aquele relatório, são da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF - 2017-2018 – 35,1% dos domicílios com insegurança alimentar. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>. Acesso em: 19 jul./2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

denominar de umbrático. Na avaliação de Pinheiro (2021), após 2019 acontece a implementação de um “[...] projeto cultural visando mediante crises políticas internas, sobreviver face à falta de alternativas e evitar a revolta das massas, delegadas a gerir a ausência de direitos e a instabilidade no trabalho; aprofundamento da crise a partir da pandemia [...]” (Pinheiro, 2021, p. 14). Uma “cultura política” que rompe com “valores democráticos” e que enaltece o “elitismo”, realça “valores bélicos e supremacistas”, coloca proprietários contra “as esquerdas”. “A política se transforma em guerra contra os defensores dos direitos humanos, da saúde e da paz, condicionada por interesses de classe, recorrendo a artifícios ilegais abstratos e estruturais como estratégia de hegemonia.” (Id., 2021, p. 16- 17).

Cabe destaque ao neoliberalismo enquanto teoria que norteia as práticas de política econômica quanto à maximização das liberdades no mercado capitalista que se tornou hegemônica ao ser incorporada de forma global pelos países. Foi introduzido no Brasil nos anos finais do século XX. Incorporamos aqui uma definição para entender-se o neoliberalismo na realidade brasileira: “[...] foi o arcabouço teórico-metodológico da estratégia do capital na recuperação de sua crise de rendimentos, justificando e legitimando o desemprego estrutural e as ‘contrarreformas’ do Estado democrático no período pós-Constituição de 1988.” (Pançardes; Pinheiro, 2020, p 160)

O que acontece no Brasil entre os anos de 2003 e 2016, é que a agenda pública de esquerda instituída pelos governos do PT que agregava uma potencialidade ímpar de implementar políticas públicas, configurando “[...] uma resistência contra o neoliberalismo [...]” (Pançardes; Pinheiro, 2020, p. 168), quando em 2013 fica evidente um “descontentamento” em relação à queda das desigualdades sociais (id., p. 170) e um “incômodo em relação a performance da democracia [...]” (Avritzer, 2016, p. 8). Naquele momento a política de educação recebeu uma importante atenção com impacto nas universidades reverberando na formação profissional contemplando a “diversidade humana” trazendo pluralidade para os campus e intensificando debates democráticos.⁷

A mobilização das mulheres (feministas e grupo de mulheres) em torno da Constituinte culminou com a efetiva inclusão de suas pautas na CF (1988)⁸ e a sequência de Encontros Feministas ocorridos entre 1979 e 1991, que interferem positivamente na implementação de políticas públicas no Brasil. A Plataforma de Beijing 95 foi também um importante instrumento de defesa de direitos das mulheres. Seu propósito foi a elaboração de um programa em escala

⁷ A ABEPSS em 2022, no XVII ENPESS, lançou a *Plataforma Antirracista*, produto de debates iniciados em 2018 com o documento *Subsídios para o debate sobre a questão Étnico-Racial na Formação em Serviço Social*. ⁷ O direito ao aborto não foi incluído.

⁸ O direito ao aborto não foi incluído.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

mundial que preconizasse a igualdade de gênero, a defesa de direitos humanos de mulheres, sem distinção de raça, etnia, idade, condição social, estado civil, religião e cultura. Incorporar os temas-chave da Plataforma significou, simultaneamente, um enfrentamento das contradições inerentes ao “capitalismo tardio”⁹ que embasam as relações de produção e reprodução social.

O Brasil, ao focar o tema-chave da Plataforma que envolve a pobreza, por exemplo, precisa abarcar “[...] a natureza do modo de produção capitalista, com sua unidade indissolúvel entre produção e reprodução sociais [...]” (Behring, 2007, p. 21) e mais, a particularidade brasileira com seus impactos tanto econômicos, sociais e políticos, entremeados pelas desigualdades sociais em suas distinções de classe, gênero e raça/etnia, geracional etc. Assim, o desenho das políticas sociais ao objetivar a “solução” das desigualdades sociais e da pobreza, precisa, considerar o concreto expresso no cotidiano, no desvelamento do real, articulando as mediações, numa perspectiva de totalidade da vida social, fazendo escolhas de categorias de análise e negando indubitavelmente o aspecto imediato de interpretações da realidade social.

A pandemia da COVID-19, lamentavelmente, exponenciou as contradições e equívocos, que representaram o conservadorismo, expressão de uma gestão de governo calcada no desprezo pelos direitos humanos, pela vida e pela ciência. Representou os interesses de classe de forma exacerbada sem considerar a doença e a morte, permitindo-se ao mergulho na corrupção diante da necessidade de compra de vacinas, paralelamente negando a sua eficácia. Enfim, “[...] a pandemia oportunizou que a extrema-direita tivesse uma sobrevida no poder mediante sua política irracional [...]” (Pinheiro, 2021, p. 27).

A pandemia da COVID-19 é um evento que já ocupa lugar na história mundial cuja importância nos reserva, junto com tantos outros pesquisadores, a responsabilidade de elencar mediações para pensar o cotidiano na sua intersecção com a formação social, política e econômica. A direção que tomamos dentro do contexto do tema da pesquisa nos faz voltar a referenciar as desigualdades sociais e que ela aumenta não tão somente com o advento vivido naquele período, mas têm suas origens no Brasil colônia e no emaranhado político e econômico espreado mundialmente desde aqueles séculos (Antunes, 2022).

A Cidade do Rio de Janeiro tem uma população de 6.211.223 habitantes (IBGE, 2022). Sua população ocupada estava estimada em 2.396.117 de pessoas em 2021, o que corresponde a 35,36% do total de habitantes; quando o rendimento médio mensal dos trabalhadores era de 4,1 salários-mínimos (IBGE, 2021).

Em 2020, dos 223.016 dos casos confirmados de COVID-19, 42.613 casos graves e

⁹ Conforme a análise de Behring (2007).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

18.903 óbitos, o que representava uma taxa de incidência de 3.347,9/100 mil habitantes e uma taxa de mortalidade de 283,8/100mil habitantes. A taxa de letalidade somente teve uma queda expressiva em 2022, ficando em 0,4%, o que se repetiu em 2023.

O município é composto por 164 bairros; 33 Regiões Administrativas; 10 Áreas Programáticas e 10 Coordenadorias de Assistência Social. O programa Territórios Sociais, também, em suas propostas de trabalhos, podem apresentar uma divisão peculiar da cidade, tendo como foco o planejamento de atividades em andamento¹⁰. As Coordenadorias de Assistência Social que compõem a Secretaria Municipal de Assistência Social, possuem 47 CRAS, 14 CREAS e 2 Centro Pop.

A estrutura de planejamento do município¹¹ no seu conjunto tem uma escala que se inicia no Plano Estratégico – 2021-2024 e que envolve o PPA 2018-2021 e na sequência o PPA 2022-2025, a partir dos quais tiveram origem o PMAS 2018-2021 e PMAS 2022-2025. Todos dialogavam com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (2016-2030), enquanto metas de longo prazo.

O PPA 2018-2021 teve entre seus objetivos centrais “*Combater a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e espaciais da cidade*”, em que as ações sob a responsabilidade da política de assistência social são mencionadas na “Dimensão Social”. No meio do percurso do trabalho desenvolvido surgiu a pandemia da COVID-19. Sendo que o Tribunal de Contas do Município apontava desde 2017 através da emissão de “alertas” a situação de “valor financeiro negativo”, existente na gestão municipal, que naquele ano apresentava o valor de R\$2,33 bilhões e em 2020 alcançou R\$5,55 bilhões.

Cabe sublinhar que as ações da SMAS aconteceram através do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências, durante a pandemia da COVID 19, junto à Proteção Social Básica. Isto não implicou alteração nas ações que cabiam à Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade diante à doença, nos serviços socioassistenciais. Em 2020, a meta do valor destinado ao Programa Cartão Família Carioca (PCFC) para atender às famílias com renda per capita de um quarto do salário-mínimo ou menos, recebeu um corte de

¹⁰ O programa Territórios Sociais com desenho elaborado em 2016, formalizado pelo Decreto Nº 42.912/2017, tem como objetivo localizar e identificar as famílias em condição de pobreza. O Instituto Pereira Passos (IPP) criou o Índice de Desenvolvimento Social (IDS), que almeja calcular o grau de desenvolvimento social de áreas geográficas da cidade, comparando-as com outras áreas. Disponível em:

<https://www.data.rio/apps/PCRJ::plataforma-territ%C3%B3rios-sociais> .

¹¹ Para acessar as legislações formuladas no contexto da pandemia da COVID-19 pela PCRJ: Leis Municipais, Decretos, Resoluções e Portarias - www.rio.rj.gov.br . Acesso em 31 mai./2024. Documentos que compõem a estrutura de planejamento da Cidade do Rio de Janeiro: Portal De Integração de Planos Municipais. Disponível em: [INTERPLANRIO \(arcgis.com\)](http://INTERPLANRIO(arcgis.com)). Acesso em: 18 ago./2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

R\$25.000.000,00. Tendo realizado R\$ 53.686.283,75 dos R\$81.000.000,00 previstos. (Relatório de Gestão, 2020)

A transferência de renda no município tinha em 2020, 273.831 famílias beneficiárias do PBF e 431.969 famílias com renda per capita de meio salário-mínimo e 35.154 novas famílias cadastradas. Quanto ao Auxílio Emergencial (AE) entre abril e maio/2020 foram concedidos R\$1.260.163.200,00 dentro do município. (CMAS Rio, 2020)

Em 2021 o número de inclusões no CadÚnico¹², superou a meta de 100.000 inclusões. E mais de 37.000 famílias foram inseridas no PBF. Em 2021, o município tinha em janeiro/2021, 2,1 milhão de pessoas elegíveis para o AE, perfazendo, R\$9,13 bilhões em pagamentos.¹³

Em 2021 os números referentes aos Benefícios Eventuais aparecem zerados porque naquela ocasião o município não havia concluído o processo de regulamentação do referido recurso previsto a ser destinado à população dentro do contexto de calamidade pública, dentre outras situações¹⁴, devidamente decretada pelo governo municipal. A formulação e tramitação necessária à regulamentação avançou bastante em 2023.

O PPA 2022-2025 tem como um de seus objetivos entre outros, *“Reduzir os alarmantes níveis de pobreza e indigência na nossa cidade por meio da ampliação de programas de transferência de renda e de ações de acolhimento e promoção de cidadania voltadas para a população de rua”*. E entre suas diretrizes, *“Combater a insegurança alimentar da população vulnerável e promover maior acesso a alimentos saudáveis, considerando que a fome e a desnutrição, nas suas várias fases, representam um inconveniente na saúde e bem-estar individuais e geram elevados custos sociais e econômicos às famílias, à comunidade e ao município”*, que está vinculada ao tema transversal *“Igualdade e Equidade”*, que se desdobra no programa *“Combate à Pobreza e a Fome”*. O objetivo geral do programa é: *“Ampliar a oferta de serviços de assistência social para a população em situação de vulnerabilidade social e violação de direitos, priorizando a qualificação e a padronização dos equipamentos, em conformidade com a legislação existente”*. Os indicadores do programa para formulação de meta foram delimitados pela base cadastral do PCFC e pelo número de atendimentos a pessoas e famílias

¹² O CadÚnico garante acesso a direitos sociais até o limite de renda familiar de três salários-mínimos ou meio salário-mínimo per capita. Nas universidades esta referência para a política de permanência estudantil tem se mostrado insuficiente principalmente diante do aumento exponencial dos alimentos, da taxa sob os livros e exploração imobiliária no Brasil. Considerar a reportagem: LUCÇA, Bruno. Alunos ocupam prédio principal da Uerj, e protesto termina em agressão. Estudantes se manifestam há um mês contra corte de auxílios; tanto reitoria quanto graduandos reclamam de uso de violência. **Folha de São Paulo** (online) - 21 ago./2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 21 ago./2024.

¹³ Conforme dados do Ministério da Cidadania que constam no Blog do CMAS-Rio – março/2021. Disponível em: CMAS Rio: março 2021. Acesso em: 3 jan./2024.

¹⁴ As demais situações são: morte, natalidade e vulnerabilidade temporárias.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

que aconteceram pelo Programa Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – 8.095.992 atendimentos – dados do PPA 2022-2025. Os produtos do programa e suas respectivas previsões de atendimentos em 2022 estão assim distribuídos: Banco Carioca de Alimentos (0 atendimentos) ; atividades do CESAN (600 atendimentos) ; Cozinhas Comunitárias do PROSAN (2.016.000 atendimentos) e Programa Municipal de Aquisição de Alimentos (800 atendimentos). Segundo dados inclusos no 1º Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, a Cidade do Rio de Janeiro tinha 1,9 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar (IBGE – 2017-2018).

Na 284ª Assembleia Ordinária CMAS Rio, que aconteceu em março/2022, os dados apresentados, pela equipe da Coordenadoria de Programas de Transferência de Renda, referiam-se aos meses de dezembro/2021; janeiro/2022 e fevereiro/2022. Em dezembro/2021 das 17.819 famílias novas cadastradas, destas 16.662 tinham perfil de meio salário-mínimo; em janeiro/2022, 19.429 novas famílias foram cadastradas e 17.914 estavam dentro do perfil de meio salário-mínimo e em fevereiro de 23.830 novas famílias em que destas 22.117 apresentavam o perfil de meio salário-mínimo. A cobertura de famílias cadastradas atingiu os números de 653.737; 664.857 e 700.023, nos meses de dezembro/2021; janeiro/2022 e fevereiro/2022, respectivamente. A cobertura de pessoas alcançou o número de 1.467.047 pessoas em dezembro/2022; 1.485.160 pessoas em janeiro/2022 e 1.539.243 pessoas no mês de fevereiro/2022. Da cobertura de 700.023 famílias, em fevereiro/2022, 568.072 encontravam-se dentro do perfil de meio salário-mínimo. Segundo apresentação da Coordenadoria de Programas de Transferência de Renda, em 2022 encerrou-se o ano com 466.331 famílias beneficiárias do PBF na Cidade do Rio de Janeiro.¹⁵

As situações de emergências são incorporadas no PPA 2022-2025 através do tema transversal “mudanças climáticas e resiliência” no programa Resiliência e Gestão de Risco com o objetivo geral de: *“Promover as ações de defesa civil, com foco nas áreas mais vulneráveis do Município do Rio de Janeiro”*, realizando de forma mais efetiva testes de sirenes, vistorias em pontos de apoio e simulados, promovendo a resiliência da Cidade (PPA - 2022-2025, p. 272). Na sequência o programa Resiliência e Gestão de Risco compõe-se entre outras ações, a *“Proteção Social nas Emergências Socioassistenciais”* – com o objetivo específico de *“Garantir Proteção Social a indivíduos e famílias afetados por situações de emergências socioassistenciais, envolvendo eventos de Defesa Civil em residências, de forma a garantir suporte emergencial as*

¹⁵ Em paralelo a todas as ações que foram executadas pela SMAS, em 2022 dentre as ações prioritárias, aconteceu a implementação do Programa Prato Feito. Para 2023 a prioridade definida para a SMAS foi a Segurança Alimentar, que culminou com o lançamento em junho/2024 do 1º Plano de Segurança Alimentar e Nutricional – Rio de Janeiro – 2023-2026.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

famílias desalojadas ou desabrigadas". O número de atendimentos registrados em 2022 foram 100 (Relatório de Execução Físico Financeira – Exercício 2022, p.131).

A pandemia da COVID-19 não aparece na apresentação da Gerência de Riscos e Resiliência ocorrida na 287ª Assembleia Ordinária do CMAS Rio, em junho/2022. O registro de atendimentos realizados entre novembro/2021 e abril/2022 foram decorrentes de 87 eventos identificados pela equipe como "catástrofes ambientais" – alagamentos, deslizamentos, desmoronamentos, queda de muro e rolamento de pedras. O número de famílias atendidas no mesmo período foram 1.576, abarcando 4.702 pessoas com 375 desalojados e 42 desabrigados. Entre fevereiro/2020 até junho/2022 foram 7.909 famílias atendidas; 2.398 desalojadas e 222 desabrigadas e 5.289 permaneceram no domicílio, compreendendo 23.694 pessoas vinculadas.

Conforme o texto do documento *Diretrizes para a Atuação da Política de Assistência Social em Contextos de Emergência Socioassistencial (2021)*¹⁶ o Brasil reafirmou seus compromissos anteriores, com o Marco de Sendai 2015-2030, em que assume a responsabilidade de "[...] investir no desenvolvimento e criar estratégias para o aumento da resiliência[...]" (BRASIL, 2021, p. 15), em situações de desastre.¹⁷

O que foi proposto no referido Marco trata da mudança de paradigma, com "deslocamento de uma atuação que gerencia o desastre" para "gerenciamento de riscos". (Idem.). A proposta quer destacar é "[...] a importância do foco na ação proativa desempenhada no âmbito da prevenção, mitigação e preparação." (Ibid.).

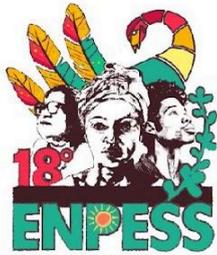
A proposição visou atribuir importância às políticas de proteção social. Isso na prática provocou a substituição do Sistema de Defesa Civil (SDC) para Sistema de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC).

Já fazendo referência ao Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências que a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. (2009) normatiza, o documento traz a ponderação de caráter regulatório de que:

"A despeito do referido Serviço estar localizado na Proteção Social Especial de Alta Complexidade, entende-se que a atuação do SUAS em contextos de emergência poderá exigir uma atuação abrangente que perpassa a rede de serviços, programas, projetos e benefícios

¹⁶ A elaboração do documento iniciou em 2008 e esteve em consulta pública em 2021. E sua apresentação em reunião ordinária do CNAS em 11/11/2020: "O objetivo das Diretrizes para a atuação da Política de Assistência Social em contextos de Emergência Socioassistencial é aprofundar o entendimento sobre qual o papel da Assistência Social no contexto das emergências, apresentando um conjunto de ações a ser empreendido antes, durante e após contextos de emergência, considerando-se as especificidades e competências de cada ente nas três esferas de governo." (BRASIL, 2021, p. 12).

¹⁷ Importante sinalizar que o país tem uma Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE) – criada a partir da Instrução Normativa Nº 1, de 24/08/2012 – pelo Ministério da Integração Nacional. Disponível em: Publicações — Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (www.gov.br) . Acesso em: 2 mai./2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

socioassistenciais. A depender do evento e contexto da emergência, os vários serviços tipificados poderão ser acionados nos territórios, integrando uma rede ampla de proteção às pessoas e famílias afetadas, em articulação com outras áreas. Somando-se a esta perspectiva, estes contextos exigem participações da gestão do SUAS nas três esferas, particularmente, no que concerne à organização e/ou adequação das ofertas e articulação com outras políticas e setores, refletindo uma atuação da Assistência Social na perspectiva da proteção integral.” (Ibid. p. 19-20).

Aqui estão as bases que orientam a PCRJ, em 2022, a incorporação das diretrizes emanadas do governo federal na direção de que o SUAS Municipal compusesse respostas em um contexto de emergências, numa “articulação intersetorial” com a defesa civil a se tornar exequível através do SINPDEC. As diretrizes definidas para a Assistência Social no documento *Diretrizes para a Atuação da Política de Assistência Social em Contextos de Emergência Socioassistencial* (2021), foram finalizadas na mudança de gestão municipal e aqui na Cidade do Rio de Janeiro e as alterações de estrutura começaram em 2022 de uma maneira mais efetiva através da ação de *Proteção Social nas Emergências Socioassistenciais* pela Coordenadoria de Ações Especiais, na Gerência de Riscos e Resiliência.

APONTAMENTOS CONCLUSIVOS

Na cidade do Rio de Janeiro, as desigualdade sociais e a pobreza embora inerentes ao capitalismo em dimensão global, expressam a “questão social” no município. Uma cidade que viveu o status de capital da colônia Portuguesa no século XVIII, condição que a levou a agregar muitos dos elementos da formação social, política e econômica atravessadas pelo colonialismo, escravismo, patriarcado, patrimonialismo e imperialismo. A ausência de trabalho e renda durante a pandemia da COVID-19 levou mais indivíduos e famílias a buscar a política de assistência social.

No ensino superior a política de permanência estudantil precisa ser avaliada e não rasgada como vem acontecendo, a exemplo da UERJ no Rio de Janeiro.

BIBLIOGRAFIA

- ANTUNES, Ricardo. **Capitalismo pandêmico**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2022, 151p. _____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8ª ed. São Paulo: Cortez Editora/ Editora da UNICAMP, 2002.
- _____. Trabalho (des) valor no capitalismo de plataforma; três teses sobre a nova era de desantropomorfização do trabalho. In: ANTUNES, Ricardo. (org.). **Icebergs à deriva**; o trabalho nas plataformas digitais. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2023, 13-39p. AVRITZER, Leonardo.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Impasses da democracia no Brasil. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, 153p.

BEHRING, Elaine. **Fundo público**; valor e política social. 1ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2021, 286p.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Diretrizes para a Atuação da Política de Assistência Social em Contextos de Emergência Socioassistencial. Brasília, 2021, 174p.

_____. **Política social no capitalismo tardio.** 3ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007, 199 p.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social.** 1ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2018, 206.

COUTINHO, Carlos N. **Marxismo e política**: a dualidade de poderes e outros ensaios. 2. ed. São Paulo. Cortez Editora, 1996, 160 p.

_____. **Pluralismo**: dimensões teóricas e políticas. Cadernos ABESS, São Paulo, n. 4, p. 5- 17, jul. 1995.

_____. **Contra a corrente**: ensaios sobre democracia e socialismo. 1ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2000. p. 176.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil.** 3ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2021, 401p.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento.** 5ª ed. São Paulo: Global Editora, 2008, 253p.

_____. **A revolução burguesa no Brasil**; ensaio de interpretação sociológica. 6ª ed. Curitiba: Kotter Editorial; São Paulo: Contracorrente, 2020, 430p.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**; capital financeiro, trabalho e questão social. 1ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007, 495p. KARL Marx.

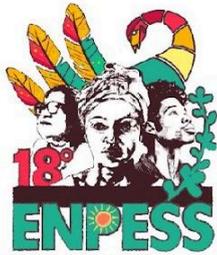
Manuscritos econômico-filosóficos. 1ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2004, 175p.

_____. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2011, 174p.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2012, 431p.

_____. **Para uma ontologia do ser social II.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013, 845p. NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985).** 1ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014, 342p.

PEREIRA, Potyara A. P. A política social entre deus e o diabo: determinações e funcionalidades no sistema capitalista. In: SENNA, Mônica de Castro Maia; FREITAS, Rita de Cássia Santos; MORAES, Carlos Antonio de Souza (orgs.). **Política social no Brasil**; sujeitos, trajetórias e institucionalidade. 1ª ed. Curitiba: Editora CRV, 2020a, p.33-50.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

_____. Reestruturação perversa dos fundamentos éticos da política social; do ethos solidário à moral egoísta. In: PEREIRA, Potyara A. P. (org.). **Ascensão da nova direita e colapso da soberania política**; transformações da política social. 1ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2020b, 87-118.

PANÇARDES, Camila Faria; PINHEIRO, Luci Faria; O movimento nacional de fé e política; relações com o PT nos processos de resistência ao neoliberalismo na América Latina. In: SENNA, Mônica de Castro; FREIAS, Rita de Cássia Santos; MORAES, Carlos Antonio de Souza (orgs.). **Política social no Brasil**; sujeitos, trajetórias e institucionalidades. 1ª ed. Curitiba: CVR, 2020, p. 159-175.

PINHEIRO, Luci Faria. Convergências entre política, religião e economia na ideologia da extrema direita no Brasil. In: BÉLIVEAU, Verônica Giménez (et al). Religión y descolonialidad en América Latina; neoliberalismo, democracia y religión. **Boletín del Grupo de Trabajo Religión, neoliberalismo y pos/descolonialidad en América Latina**. Buenos Aires: Clacso, n. 2, mai./2021, p. 14-29. Disponível em: https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2021/06/V2_Religiones-y-decolonialidad_N2.pdf. Acesso em: 16 nov./2021.